

RESENHA: EDUCAÇÃO INFANTIL INVESTIGADA

Monalisa Gazoli¹

Recebido em: 27 out. 2015

Aceito em: 09 dez. 2015

LINS, H.; DINIZ, N. **Repensar o currículo na educação infantil: implicações sobre o brincar e a língua(gem)**. Campinas: Edições Leitura Crítica, 2012.

As doutoras em Educação, pela Unicamp, Heloísa Andreia de Matos Lins e Neusa Lopes Bispo convidam os sujeitos envolvidos com a educação infantil a refletirem sobre o currículo desse nível de escolarização. O livro intitulado **Repensar o currículo na educação infantil: implicações sobre o brincar e a língua(gem)**, publicado pela Edições Leitura Crítica em 2012, resulta de pesquisa científica sobre o currículo na Educação Infantil por meio do qual propõe-se, pela via da perspectiva histórico-cultural, a reflexão sobre esse tema.

Elaborei esta resenha objetivando apresentar o livro mencionado. Meu objetivo é o de contribuir para sua divulgação, visto que nele são apresentados resultados de pesquisa científica que muito podem colaborar para a ampliação de reflexões cruciais sobre o currículo na educação infantil.

A relevância da discussão do currículo da Educação Infantil pode ser observada, por exemplo, nas afirmações de Hilda Micarello, Doutora em Educação, pela PUC-Rio de Janeiro e especialista em alfabetização e linguagem, na “Apresentação” do livro em destaque. Nesse texto, essa pesquisadora evidencia que, nas últimas décadas do século XX e na primeira década do século XXI, a criança vem conquistando espaço

1 Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’, Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP), Marília, e graduada no curso de Pedagogia na mesma universidade. Integrante do Grupo de Pesquisa ‘História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil’ (GPHELLB), em funcionamento desde 1994.

no discurso sobre educação, evidenciado, dentre outros aspectos, pela conquista de direito legal, expresso, por exemplo, na Constituição Federal, de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 9394), de 1996. Micarello afirma, entretanto, que essa conquista de espaço “[...] só se efetivará a partir da consideração das perspectivas dos sujeitos envolvidos nas práticas cotidianas, que se realizam nos contextos institucionais de atendimento à criança pequena: professores, gestores, crianças e suas famílias” (p. 10).

Partindo desse pressuposto, Lins e Diniz (2012, p. 13) objetivam propor reflexões sobre esse tema por meio da busca de respostas para a seguinte questão norteadora de pesquisa: Que ideias e crenças sobre infância e criança têm influenciado as escolhas teórico-metodológicas de educadores/educadoras em instituições de educação infantil? Isto é, quais relações e proposições, *pensamentospraticados* ou não, os educadores têm tentado construir com as crianças pequenas, nos âmbitos da linguagem e do brincar em escolas? Quais convicções as crianças expressam, nestes contextos?

As pesquisadoras utilizam três referenciais teóricos para subsidiar a síntese das reflexões apresentadas, a saber: o vigotiskiano, para compreender o processo de desenvolvimento das funções psíquicas superiores nas crianças da educação infantil; o espinosano, para compreender os conceitos filosóficos de desejo e ação, entre outros; e a concepção gramsciana de “intelectual orgânico”, em aproximação com a sociologia e a pedagogia da infância. Assim, objetivam “[...] fortalecer os estudos no âmbito do currículo na educação infantil, a partir de uma certa forma de captura das vozes de estudantes de pedagogia, professores de rede pública e sobretudo das crianças de 3 a 6 anos [...]” (p. 14).

As autoras utilizam como fonte de investigação relatos de experiências de:

- 1) professoras com cargos efetivos na educação infantil (faixa etária de três a seis anos), da Rede Municipal de Educação de Campinas, SP. Com esse grupo foi realizada entrevista por meio de questionário autoadministrado “[...] composto de solicitação de dados profissionais e de escolarização, seguidos de 06 questões abertas relacionadas à

temática e uma questão voltada ao registro de observações por parte dos respondentes, se os mesmos considerassem necessário. [...] O questionário foi enviado eletronicamente para todos os participantes” (p. 20).

2) graduandos do curso de Pedagogia da Universidade Federal de São João Del Rei, MG, que elaboraram relatórios de estágio nos quais apresentaram apontamentos significativos sobre a temática; e

3) crianças de três a seis anos (alunos da educação infantil da Rede Municipal de Educação de Campinas, SP). Com esse grupo foi realizada entrevista com auxílio de três professoras voluntárias e de uma das pesquisadoras (que gravou em vídeo parte do cotidiano de duas salas de aula de educação infantil), cujas questões apresentadas foram: “O que acontece na escola que deixa vocês felizes?; O que acontece na escola que deixa vocês tristes?; Como seria uma escola perfeita para vocês? ” (p. 22). Assim como análise detalhada dos desenhos dessas crianças, buscando-se compreender suas manifestações gráficas.

Compreendendo que a concepção de currículo escolar pressupõe a não dissociação entre os aspectos epistemológicos e políticos da educação, as autoras defendem que esse é resultante de produções discursivas, como afirma Lopes (2011), e que, portanto, necessita de um processo de produção-atribuição de sentidos, como destaca Macedo (2011).

Nesse sentido, Lins e Diniz (2012) afirmam que a reflexão que antecede a elaboração do currículo escolar demanda posicionamento político consciente dos sujeitos envolvidos em relação ao modelo de escola e de criança que se pretende defender. Isso porque o currículo:

[...] pode ser desenhado para aproximar o sujeito aprendiz dos objetos significativos do conhecimento e de sua necessidade e desejo em aprender, conviver e brincar na escola, ou de um currículo que afasta, intimida e deteriora a relação da criança com a escola, talvez não somente no período da Educação Básica, em especial na Educação Infantil. Isto significa dizer que o currículo tem também o poder de romper com o caráter volitivo da aprendizagem da criança e, portanto, influenciar negativamente em seu desenvolvimento, marcando o sujeito com (im)posições que o afastarão de um envolvimento ativo em direção ao conhecimento, que se configuraria como uma marca especificamente humana. (p. 37)

Coerentemente com sua opção teórica, as autoras defendem que o currículo escolar não deve promover o “encurtamento da infância”, visto que nessa faixa etária é fundamentalmente relevante que a criança apoie suas vivências na inventividade, na fantasia, no movimento e na capacidade criadora e criativa, cujo eixo fundamental é o brincar.

A defesa enfática das autoras em relação ao brincar ancora-se na concepção vigotskiana de que a criança entra no mundo da cultura de seu grupo social, sobretudo por meio dessa atividade. Nesse sentido, os brinquedos e as brincadeiras infantis possibilitam que esses seres históricos e sociais adentrem o mundo simbólico, mediados por outros sujeitos mais experientes (professores, outros alunos etc.).

REFERÊNCIAS

LINS, H.; DINIZ, N. **Repensar o currículo na educação infantil**: implicações sobre o brincar e a língua(gem). Campinas: Edições Leitura Crítica, 2012. (Coleção ALLE – Alfabetização, Leitura e Escrita)

LOPES, A. C. Currículo e pesquisa com o cotidiano. In: **Anais do Seminário Currículos, culturas, cotidianos e formação de educadores**. Espírito Santo: UFES, 1, 2011.

MACEDO, E. Currículos e pesquisa com o cotidiano. In: **Anais do Seminário Currículos, culturas, cotidianos e formação de educadores**. Espírito Santo: UFES, 1, 2011.